

I — Detém ampla experiência profissional nas áreas dos recursos próprios e do Orçamento da Comunidade Europeia, no acompanhamento e coordenação das áreas de competência do Conselho de Ministros da União Europeia (ECOFIN/ORÇAMENTO), em particular no que respeita ao quadro financeiro plurianual e na negociação no âmbito das instâncias da União Europeia e de coordenação de *dossiers* comunitários;

2 — Demonstra possuir capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas para efectuar e promover trabalho em equipa e espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2008, produz efeitos a partir da data do presente despacho.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do estatuto do pessoal dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

12 de Maio de 2008. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Nota curricular

Maria João Dias Pessoa de Araújo, licenciada em Economia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e pós-licenciada em Estudos Europeus — dominante económica — pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

Directora de Serviços de Contabilidade, em regime de substituição, da Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública, desde 1 de Maio de 2007.

Exerceu o cargo de directora de Serviços dos Assuntos Monetários e Financeiros da extinta Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, de 1 de Outubro de 1999 a 30 de Abril de 2007.

Participou nos trabalhos preparatórios da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, integrando o Núcleo de Relações Internacionais do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças e desde 1986 exerce, entre outras, funções no âmbito do orçamento comunitário e dos recursos próprios.

Integrou as delegações, chefiadas por um membro do Governo do Ministério das Finanças, às reuniões do Conselho de Ministros da União Europeia — ECOFIN/Orçamento.

Acompanhou os trabalhos que precederam as reuniões, organizou e preparou, em colaboração com a REPER, os respectivos *dossiers*.

Acompanhou os Secretários de Estado do Orçamento, durante as Presidências Portuguesas de 2000 e de 2007, em reuniões do trílogo orçamental.

Acompanha, no Ministério das Finanças e da Administração Pública, todas as questões relacionadas com o orçamento comunitário.

Coordena, ao nível do Ministério das Finanças e da Administração Pública, os assuntos relativos aos recursos próprios comunitários.

Participa e coordena a delegação portuguesa nas reuniões do Comité Consultivo dos Recursos Próprios.

Integra, como representante do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o grupo de trabalho sobre a revisão do Orçamento Comunitário que tem como objectivo proceder a uma reflexão interna sobre esta matéria e obter resultados que poderão servir para sustentar as posições nacionais quer durante a fase de consulta alargada, quer posteriormente face a propostas concretas que venham a surgir.

Integrou, como representante da DGAERI, o Grupo de Trabalho Interministerial «Agenda 2000 — Preparação PDR *Post* 1999» e a estrutura de acompanhamento permanente dos *dossiers* da Agenda 2000.

Coordenou a delegação portuguesa no Grupo de Questões Financeiras — Alteração dos Regulamentos n.ºs 1552/89 (Recursos Próprios Tradicionais) e 1553/89 (Recursos Próprios IVA), em 1992 e 1993.

Participou em reuniões sobre o impacto para Portugal das reformas comunitárias sobre «Recursos próprios» e «Fundos estruturais», em 1987.

Ministrou acções de formação sobre recursos próprios comunitários a funcionários superiores do Tribunal de Contas português, em 2002 e 2003.

Considerando que, aberto procedimento concursal para a nomeação de novo titular através do aviso n.º 7962/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 13, de Março de 2008, divulgado na Bolsa de Emprego Público em 18, de Março de 2008, com o código de oferta n.º OE200803/0198 e publicitado no jornal Público no dia 19 do mesmo mês, o júri do concurso se pronunciou favoravelmente sobre o candidato, capitão-de-mar-e-guerra Manuel Maria dos Reis das Neves;

Considerando que o capitão-de-mar-e-guerra Manuel Maria dos Reis das Neves, reúne os requisitos legais exigidos para o exercício de cargo dirigente, é possuidor de currículo, perfil e competência profissionais adequados ao exercício do cargo de Director dos Serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício de cargo dirigente nesta Direcção-Geral, correlacionado com a área a concurso;

Nomeio, em comissão de serviço, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10, do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o capitão-de-mar-e-guerra Manuel Maria dos Reis das Neves no cargo de Director dos Serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

O nomeado pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do Estatuto do Pessoal Dirigente.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

De acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

2 de Maio de 2008. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, vice-almirante.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional do capitão-de-mar-e-guerra, Manuel Maria dos Reis das Neves

Nasceu em Torres Novas em 12 de Maio de 1951.

Ingressou na Escola Naval em 1971 onde concluiu, em 1975, a licenciatura em Ciências Militares, curso de Engenheiro Maquinista Naval.

É detentor de dois cursos de carreira do Instituto Superior Naval de Guerra — Curso Geral Naval de Guerra (1990) e Curso Complementar Naval de Guerra (2003) —, assim como de diversos outros cursos e acções de formação profissional, designadamente curso de gestores de sistemas de formação (1987), curso de aperfeiçoamento em teoria e técnicas de manutenção (1989), curso de aperfeiçoamento em sistemas de segurança contra incêndios (1989), *NBC Defence Operations Course for Portuguese Officers* (1989), *Officers Advanced NBCD Course* da marinha do Reino Unido (1990), *Weapon Systems Management Course* (1994), *ACE Environmental Protection Course* da NATO (1994).

Foi chefe do Serviço de Máquinas e de Limitação de Avarias em diversos navios da Armada (de 1975 a 1983) e, posteriormente, formador, chefe do Gabinete de Máquinas Auxiliares e chefe do Gabinete Técnico-Pedagógico na Escola de Máquinas da Marinha (1983 a 1988).

Em 1988, passou a chefiar a área de segurança, limitação de avarias e defesa NBQ (estudos, especificações e processos de aquisição) no Gabinete de Estudos da Direcção-Geral do Material Naval e posteriormente na Direcção de Navios;

Em 1994, foi chamado a exercer funções de estado-maior como responsável pela área da logística de manutenção na Divisão de Logística do Material do Estado-Maior da Armada e cumulativamente representante nacional em diversos grupos e fóruns internacionais nas áreas da Defesa NBQ e Protecção Ambiental Marítima (NATO).

Em Outubro de 1998, passou a exercer funções na Divisão de Investigação e Desenvolvimento da Direcção de Serviços de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional da Direcção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED) do Ministério da Defesa Nacional, onde foi provido como chefe de divisão, pela primeira vez em 1999 e posteriormente em 2004, com responsabilidade pela promoção, coordenação e supervisão de programas e projectos de investigação e desenvolvimento (I&D), de âmbito nacional e na vertente cooperativa internacional, designadamente no quadro da NATO e da Agência Europeia de Defesa (União Europeia). Em relação a esta agência, foi ponto de contacto para a área de Investigação e Tecnologia e outras funções de representatividade afins.

Tendo cessado funções como chefe da divisão I&D da DGAED, passou a ocupar, em regime de substituição, o cargo de director de serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos, área funcional responsável pela logística do material e ligação à indústria de defesa, compreendendo a vertente da cooperação europeia e internacional nesses domínios, com particular enfoque no âmbito da EDA e da NATO, respectivamente.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa

Despacho n.º 14280/2008

Considerando que o cargo de Director dos Serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa do Ministério da Defesa Nacional se encontra vago;